

NOVAS CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO DOCENTE NA ÁREA DE SAÚDE E SUAS DETERMINAÇÕES

Claudia March¹

Verônica Fernandez²

Monique Grossi³

RESUMO

O ensaio trata das determinações das novas configurações do trabalho docente, em particular do trabalho dos professores que atuam na área da saúde em universidades federais, a partir das transformações do Estado brasileiro, sobretudo a partir de 2010. Nosso pressuposto é de que as mudanças na relação público-privado, próprias da contrarreforma do Estado brasileiro, vêm alterando profundamente o trabalho docente. A intensificação do labor se soma à heteronomia e à mercantilização das atividades de ensino, pesquisa e extensão. As determinações desse processo estão relacionadas à contrarreforma da educação superior no Brasil. Entretanto, algumas medidas agregaram novas determinações ao processo já em curso, dentre as quais destacamos a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e sua contratualização com as universidades federais; a ampliação da adoção de Organizações Sociais na Saúde, na Ciência e Tecnologia e na Educação; as mudanças na carreira docente; e a aprovação do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação. Procuramos, portanto, contribuir para a análise das múltiplas determinações do processo de reestruturação do trabalho docente e de sua subsunção à lógica privada e mercantil, com conseqüente afastamento de práticas - formação de profissionais de saúde, produção do conhecimento e extensão - referenciadas nas necessidades de saúde dos trabalhadores.

¹ UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE:cmarch38@gmail.com

² UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE:veros.fernandez@gmail.com

³ UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE:moniquegrossi@id.uff.br

INTRODUÇÃO

A crise do capitalismo contemporâneo, sobretudo a partir de 2007/2008, pode ser compreendida, a partir das respostas dadas pelo modo de produção capitalista à crise estrutural dos anos 1960/ 1970, sobretudo a partir da "mudança da lógica de apropriação/acumulação do capital, segundo as determinações dadas pelo que Marx denominou de capital fictício" (1).

São constitutivos da resposta à crise que se iniciou nos anos 1970, além da mundialização da economia baseada na denominada financeirização, a reestruturação produtiva e a refuncionalização do Estado capitalista.

Nessa fase histórica, direitos sociais, como educação e saúde, são reconfigurados na perspectiva de sua funcionalidade ao capital, via processos de mercantilização e financeirização. No Brasil, a expressão dessa funcionalidade tem se dado a partir de políticas educacionais e de saúde que garantem a expansão capitalista em ambos setores, por meio da privatização, incluindo os processos onde as fronteiras público/privado são borradas pela instituição das parcerias público-privado.

Elemento central, a refuncionalização do Estado é implementada no Brasil na década de 1990 pelo então Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, no governo Fernando Henrique Cardoso. A crise dos anos 1970 teve como causa fundamental a crise do Estado em suas expressões, ou seja, o Estado de Bem Estar Social dos países desenvolvidos e o Estado desenvolvimentista e protecionista dos países em desenvolvimento, e resultou na redução das taxas de crescimento econômico, na elevação das taxas de desemprego e o aumento da taxa de inflação. Ainda que partindo das mesmas premissas de orientação neoliberal, sob uma pretensa diferenciação das políticas neoliberais em curso, Bresser Pereira propõe a *reconstrução do Estado* através de um conjunto de medidas que visam a implementação do denominado “*Estado social-liberal ou liberal-social*”.(2) No Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado(3) há a definição de quatro áreas de atuação do Estado – *núcleo estratégico, atividades exclusivas, serviços não exclusivos e produção de bens para o mercado* – que diferem entre si pelos tipos de propriedade, formas de administração, formas de controle e gestão do trabalho no serviço público. Em síntese, propõe uma diminuição do Estado a partir de processos de privatização e *publicização*, segundo cada área de atuação. Para as políticas sociais, inclusive saúde e educação, as novas relações entre

público e privado, de fato, entre Estado e mercado, passam a se dar não só a partir da proposição de Organizações Sociais, mas de diversos mecanismos que flexibilizam a fronteira entre o público e o privado, propiciando a apropriação privada do fundo público e sua submissão à nova fase mundializada e financeirizada do capital, como veremos mais adiante.

A reestruturação produtiva, que implicou na adoção de medidas de flexibilização dos direitos do trabalho, tem também sua expressão no trabalho no serviço público, em particular no trabalho docente nas instituições públicas, por meio da desestruturação da carreira docente, com a adoção de mecanismos do gerencialismo, a exemplo da Gratificação de Estímulo à Docência, de caráter produtivista, da década de 1990, e de elementos das políticas nacionais de pós-graduação e de ciência e tecnologia. Ambas medidas, juntamente com as medidas no âmbito da política educacional, têm relação intrínseca com a mudança no denominado *ethos acadêmico*, de modo a contrarreformar a universidade subsumindo-a à nova fase do capitalismo

Nas palavras de Silva Junior e Kato (2016, p.147)

“O conhecimento matéria-prima direciona-se para a economia mundializada por meio do capital financeiro pela sua própria exigência e é uma parte dos resultados da ciência em seu novo paradigma. Trata-se de conhecimento pronto para ser transformado em produtos de alta tecnologia, novos processos de produção e serviços e está relacionado à possibilidade de lucros imediatos no âmbito econômico.” (22)

Cabe ressaltar, entretanto, que tais medidas, longe de terem sido abandonadas pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, tiveram continuidade, ainda que sob novos rótulos em alguns casos, como é o exemplo das novas iniciativas relacionadas à reforma administrativa - Fundações Estatais de Direito Privado e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

O aprofundamento das parcerias público-privado, inclusive no âmbito da Ciência e Tecnologia é elemento central. A Lei n. 13.243/2016, mais conhecida como Novo Código Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação, nada mais é que um aprimoramento do processo iniciado em finais da década de 1990 e início da década de 2000, sobretudo a partir da Lei de Inovação Tecnológica (Lei n. 10.973/2004).

Desde os anos 1990, os chamados “países em desenvolvimento”, incluindo o Brasil, foram alvo de um conjunto de estratégias econômicas elaboradas pelos principais organismos internacionais, como por exemplo, o Grupo Banco Mundial. A ação desses

organismos pode ser considerada importante determinante não só da política econômica adotada pelos governos nacionais e subnacionais, mas também das políticas sociais, considerando que os empréstimos concedidos são atrelados ao cumprimento de condicionalidades voltadas para as suas políticas sociais, determinadas pelos credores. (4, 5, 6, 7)

Na saúde, a generalização da adoção das Organizações Sociais como “modelo de gestão” e o subfinanciamento crônico do Sistema Único de Saúde se somam ao privilegiamento do setor privado complementar na oferta dos SADT (Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapêutica), assim como a garantia da expansão da saúde suplementar, seja por uma "regulação" que garante a proliferação de planos de saúde de baixa cobertura, seja pela garantia das desonerações fiscais que fomentam o consumo de planos privados de saúde. (8)

Esse conjunto de elementos que compõem a contrarreforma do Estado em suas expressões na educação, saúde e ciência e tecnologia impactou direta e indiretamente o trabalho docente nas universidades públicas, implicando num processo de subsunção progressiva à lógica do capital que se expressa não só no produto do seu trabalho, como no próprio trabalho que se dá hoje de forma intensificada e precarizada.

A reflexão que apresentamos aqui faz parte do projeto de pesquisa que investigará as transformações do trabalho dos docentes da área da saúde em instituições públicas federais de ensino superior, em particular na década de 2000, considerando a implementação da EBSEH e o Novo Código Nacional de Ciência e Tecnologia. Nesse sentido, no presente ensaio apresentamos as características de um conjunto de medidas e a conjuntura em que são implementadas concebendo-as como parte das múltiplas determinações do processo de reestruturação do trabalho docente em curso nas instituições federais de ensino superior. Nosso pressuposto é de que está em curso uma ampliação de sua subsunção à lógica privada e mercantil, com consequente afastamento de práticas - de formação de profissionais de saúde, de produção do conhecimento em saúde e de extensão - referenciadas nas necessidades de saúde dos trabalhadores e trabalhadoras.

Educação, Ciência Tecnologia e Inovação e a Produção do conhecimento mercadoria

O processo de mercantilização da educação superior ganha maiores contornos a partir da constatação, por parte dos organismos internacionais, de que o montante de verba pública destinada para a educação superior é maior do que para a educação básica. Nessa perspectiva, a garantia de reversão dessa lógica, com destinação de um montante maior principalmente para a educação fundamental, seria resolvida por meio da captação de diversificadas fontes de financiamento para a educação superior, via setores privados. A partir dessa mesma lógica, entende-se que para garantirmos a expansão do acesso à educação é necessário a expansão também do setor privado. (5)

Estudos sobre políticas públicas educacionais como os Lima (2003), Leher (1999) e Siqueira (2004) ilustram bem o direcionamento de tais estratégias já a partir de documentos como *La enseñanza superior. Las lecciones derivadas de la experiencia* publicado pelo Banco Mundial em 1994 e o *Documento de Política para a Mudança e o Desenvolvimento na Educação Superior* elaborado pela UNESCO em 1995.

Esta privatização está compreendida em expandir as instituições privadas por meio da liberalização dos serviços de educação e também por empurrar as instituições públicas para a lógica privada por meio das fundações de direito privado, cobrando mensalidades, pela não contratação de trabalhadores e, entre outras, pela redução de investimentos na infraestrutura das instituições públicas. Com base no documento referenciado anteriormente, datado de 1994, as principais estratégias para a reforma da educação superior compreendem 1) a diversificação das instituições de ensino superior (o que inclui os cursos politécnicos, os de curta duração e a educação à distância); 2) diversificar também as fontes de financiamento das universidades públicas (por meio de cobrança de mensalidades, matrículas e taxas, cortes no investimento público para o que não é diretamente relacionado à educação, como alojamento e alimentação, consultorias e pesquisas desenvolvidas por meio de convênios entre universidade e empresas privadas, mediados por fundações, ditas administrativamente mais flexíveis); 3) redefinir as funções do Estado. De executor da política de educação superior, para facilitador, dando viabilidade para implantação da lógica privatizante. E, 4) uma política de “qualificação” da educação superior que devem ser orientadas por representantes do setor privado, garantindo a pertinência dos programas acadêmicos. (5)

Quanto ao documento de 1995, elaborado pela UNESCO, muitos pontos apresentam semelhanças entre os dois documentos, sobretudo a prerrogativa de adequar países periféricos à dinâmica internacional de reordenamento do capital, quando da integração da educação à lógica produtiva. Como ponto de destaque, temos a proposta de flexibilização tanto do contrato de trabalho docente como o processo de aligeiramento dos cursos. (5)

Com efeito, é no bojo dessa discussão que o governo brasileiro sanciona no ano de 1997 o decreto nº 2.207 instituindo, entre outras coisas, a diferenciação da organização acadêmica que prevê as formas que a educação superior poderá assumir (institutos superiores, escolas superiores, universidades, centros universitários, etc.). É importante lembrar que as Diretrizes Curriculares Nacionais também são do final desse mesmo ano, onde os princípios que orientam tais diretrizes foram construídos para introduzir a flexibilização nos cursos, sobretudo no que se refere à redução do seu tempo de duração. (9)

No cenário mundial, um marco importante no âmbito das reformas educacionais, para o Brasil e para o mundo, foi a chamada Declaração de Bolonha (DB) em 1999. Processo considerado sem precedentes na história internacional da educação superior, segundo Lima et. al. (2008). Com a adesão de vinte e nove ministros de estados europeus, o acordo preconiza como meta o estabelecimento de um sistema único de educação superior, com vistas a um sistema fortemente competitivo e atrativo a estudantes de outros países. Marcado pelos princípios da competitividade e da lógica mercantil, o texto da DB não deixa dúvidas quanto ao eurocentrismo, apresentando uma reforma na educação superior européia caracterizada pela perda do protagonismo dos estados nacionais (10).

O período que compreende os anos 1990 até os anos 2000, tanto no âmbito nacional como internacional, tem a marca de governos que induziram o redesenho dos seus sistemas de educação superior tendo em vista o ajustamento ao chamado padrão de acumulação flexível, por meio da implantação de políticas educacionais em consonância com as orientações e interesses dos organismos internacionais. (9)

A percepção cada vez mais evidente de características típicas de mercado presentes no interior da universidade pública brasileira é destacada por Bernardo (2014) em estudo que dá luz à política de publicações acadêmicas e à ênfase no aspecto

quantitativo das produções bibliográficas, também chamado de “produtivismo acadêmico”.

Em publicação recente, Silva Júnior e Martins (2016), desenvolvem discussão sobre as transformações no mundo do trabalho e as mudanças nas instituições estatais públicas, principalmente no âmbito da criação da Universidade Aberta do Brasil e da modalidade de ensino a distância (EAD) - as quais têm influência direta do contexto de reforma do estado e de reforma da educação. (11)

A reconfiguração do trabalho docente foi marcada fortemente pelas mudanças sofridas nas universidades públicas brasileiras, oriundas das transformações da estrutura econômica e política do país a partir de meados dos anos 1990.

Considerando que a identidade da universidade pública brasileira não se constitui por um campo neutro de produção de conhecimento e formação, e sim, em uma instituição que tem centralidade para a produção de sociabilidade, ligada diretamente ao contexto social e produtivo, dentre as várias mudanças ocorridas nas universidades (de ordem estrutural e de identidade), a que mais nos preocupa é a submissão da sua autonomia para o setor produtivo, a sua heteronomia.

Sguissardi defende que um posicionamento importante quanto ao projeto de universidade, e do sistema de educação superior que a abriga, deve considerar dois pontos marcantes para as relações institucionais: a gestão da educação e a autonomia universitária. No Brasil, a educação superior obteve uma conquista importante nos anos 1980, com a marca de autonomia presente no art. 207 da CRFB de 1988, caracterizado como uma conquista para a universidade(12).

"A leitura que se faz é da essencialidade na autodeterminação das políticas acadêmicas e da tomada de decisões aberta e transparente, da participação da comunidade acadêmica na definição de prioridades, da participação da sociedade civil, do não abafamento das críticas e da abertura para as sugestões dos envolvidos. Autonomia e discussão caminham juntas; autonomia e gestão democrática, também."
(12)

O processo de mercantilização da instituição universitária no Brasil não é recente e pode ser compreendido considerando-se as políticas educacionais e de ciência e tecnologia nos diferentes momentos históricos, sobretudo a partir da década de 1960, período da ditadura civil-militar, em particular a reforma universitária de 1968.

Nosso ponto de partida para a análise que desenvolvemos da política de Ciência e Tecnologia como determinante das novas configurações do trabalho docente, inclusive o trabalho docente na área da saúde, está resumido no pequeno trecho de Silva Junior (2005), onde o autor afirma que a cultura mercantil da universidade brasileira foi construída desde a década de 1960 e atualizada, ainda que com rupturas e continuidades, nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Pode-se dizer, ainda, que o processo em curso prosperou também no governo de Dilma Rousseff e um marco importante para a compreensão da sequência da cultura mercantil na atualidade foi a aprovação do Marco Legal de Ciência Tecnologia e Inovação (Lei 13.243 de 2016) que atualiza e aprofunda os elementos que a Lei de Inovação Tecnológica (Lei 10.973 de 2004) já havia introduzido. (22)

O processo de flexibilização da fronteira público-privado ou ainda estatal-mercado se iniciou na década de 1990, sobretudo a partir das diretrizes de contrarreforma administrativa de Bresser Pereira expressas no Plano Diretor da Reforma do Estado, e teve seus correlatos em um conjunto de medidas no âmbito das políticas de ensino superior, incluindo a pós-graduação.

Mecanismos como, por exemplo, o compartilhamento das instalações das universidades - laboratórios e outras instalações - com o setor privado, assim como a possibilidade de remuneração de agentes públicos pelo setor privado são os elementos centrais introduzidos na lei de 2004 e que foram aprofundados no Novo Código de C&T.

A possibilidade de apropriação privada do conhecimento produzido nas universidades públicas é aprofundada na Lei 13.243/16, sobretudo a partir da cessão da propriedade intelectual nas diversas modalidades de contratualização entre o setor público e o privado previstas na Lei. A função pública e social da universidade e do trabalho do agente público, em particular, é solapada considerando que a Lei prevê em um de seus artigos, que alteram a Lei de Inovação Tecnológica de 2004, que haverá transferência de tecnologia ou outorga de direito de uso sobre criações desenvolvidas no âmbito das instituições públicas e os servidores públicos repassarão os conhecimentos e informações necessários à efetivação do referido contrato sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal. Componente não menos importante refere-se aos elementos do novo código que alteram a concepção de trabalho no serviço público, a

partir da possibilidade de cessão de trabalhador do serviço público, do recebimento de remuneração, inclusive na forma de bolsa, e da flexibilização do Regime de Dedicção Exclusiva (DE).

As características da sociabilidade do capital em sua fase mundializada e financeirizada se expressam na particularidade das instituições públicas de ensino pesquisa e extensão a partir da concepção de “conhecimento mercadoria”, “docente e pesquisador empreendedor”.

Como nas palavras de Silva Júnior e Kato (2016, p. 147) “o ciclo financeiro comprime não só o ciclo do capital em funções (as relações sociais de produção), como também as relações sociais em geral, altera a sociabilidade e subjetividade de todo cidadão e exige a produção de valor real em tempo recorde de trabalho vivo. Aí está o verdadeiro problema do capital e a necessidade de fazer desaparecer o *gap* entre ciência e tecnologia.”

Os trabalhadores docentes e pesquisadores das instituições públicas em sua maioria não elaboram uma reflexão sobre o impacto das políticas de pós-graduação, pesquisa e ensino em seu trabalho. Prosseguem nos limites da consciência possível, operando e reproduzindo na forma de produtivismo acadêmico e empreendedorismo acadêmico, ainda que muitas vezes lhes cause sofrimento psíquico e físico e adoecimento. (13)

Importante ressaltar o “formalismo abstrato da carreira docente” destacado por Silva Júnior e Catani (2011) e a ampliação da heteronomia e heterogestão, para usar a palavra dos autores, elementos estes que se aprofundarão e ganharão novos contornos com a implementação do novo Código Nacional de C&T que introduziu elementos importantes na flexibilização tanto do regime e da jornada de trabalho como na remuneração, mas fundamentalmente na concepção do trabalho docente de instituição pública, agora reconfigurado em um produtor de conhecimento mercadoria submetido às novas regras de concessão da propriedade intelectual.(14)

“Não existe uma reflexão sobre seu relacionamento com a instituição em que trabalha. Não há consciência de que o produtivismo acadêmico é uma ideologia pautada no pragmatismo, na utilidade e no economicismo, que leva à heterogestão institucional, tendo a geri-la, de um lado, o Estado e, de outro, o mercado, predominantemente pela mediação do CNPq e da CAPES.” (14)

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares combinada com o Novo Código Nacional de Ciência e Tecnologia: consolidação de sua funcionalidade ao setor privado de produção de medicamentos e demais tecnologias na área de saúde

Nossa análise estaria incompleta se não incluíssemos o que consideramos ser a medida mais impactante no processo de submissão do trabalho docente à lógica privada e mercantil que é a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e sua contratualização com a quase totalidade das Universidades Federais que possuem hospitais universitários.

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH – empresa pública de direito privado, vinculada ao Ministério de Educação, foi criada no ano de 2011 para administrar os Hospitais Universitários das Universidades Federais, pela Lei 12.550 de 15 de dezembro de 2011. Já analisamos os principais aspectos da proposição em trabalhos anteriores que nos permitem afirmar que a Empresa representa a continuidade do processo de contrarreforma administrativa iniciado por Bresser Pereira. Pode-se dizer, até mesmo, que em alguns aspectos aprofunda a mercantilização das políticas públicas a partir de sua natureza jurídica de direito privado que permite obtenção de lucros.(15)

Ocorre, entretanto, que nossa breve análise aqui apresentada se concentrará nos mecanismos que possibilitam a mercantilização das atividades de ensino, pesquisa e extensão e, portanto, alteram profundamente o trabalho docente realizado no interior dos antigos hospitais universitários, hoje filiais EBSERH.

As duas últimas décadas foram marcadas pela ampliação da privatização interna das universidades públicas brasileiras – federais e estaduais -, a partir da combinação perversa da redução dos recursos públicos com a flexibilização da gestão através da inclusão das fundações privadas ditas de apoio que possibilitaram a redução progressiva da gratuidade, sobretudo nas atividades de pós-graduação lato senso com cobrança de mensalidades, combinada com a apropriação privada de recursos públicos destinados às universidades que passaram a ser geridos pelas fundações. Tais fundações e a decorrente privatização têm sido questionadas na justiça por ações do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União.

“A EBSEERH terá por finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, observada, nos termos do art. 207 da Constituição Federal, a autonomia universitária”.

Destacamos, portanto, que a gratuidade das atividades desenvolvidas nos hospitais universitários após sua conversão em filiais EBSEERH restringe-se à assistência à saúde, conforme princípio constitucional. As demais atividades serão objeto de gestão da Empresa que após assinatura dos contratos, que, segundo nossa análise, nada prevêem em relação à manutenção da gratuidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. A possibilidade de arrecadação de receitas, além dos recursos orçamentários da União, aliada à possibilidade de obtenção de lucros, prevista também na lei que criou a Empresa, permitem que identifiquemos elementos similares aos dispositivos criados pelas fundações privadas ditas de apoio que viabilizaram e viabilizam a mercantilização das atividades de ensino, pesquisa e extensão. (15)

Outrossim, podemos afirmar que a nova legislação de C&T que regula a relação empresas - universidades públicas, se somada aos dispositivos legais da EBSEERH, que, de fato, retiram a gestão dos HU das universidades públicas e os colocam sob gestão da empresa, configuram a consolidação e ampliação da heteronomia e heterogestão do trabalho acadêmico realizado nos HU das universidades públicas federais.

À guisa de conclusão: algumas pistas para a análise do trabalho docente na área da saúde nas instituições federais de ensino superior a partir do conjunto de determinações

No debate travado pelos autores e autoras que tomam como objeto de pesquisa o trabalho docente nas instituições públicas há relativo consenso sobre a caracterização do mesmo a partir do conteúdo imaterial de seu trabalho.

Alvo de poucas polêmicas no campo marxista, a ausência de relação entre o conteúdo material da atividade do trabalho e seu caráter produtivo pode ser bem resumida a partir da passagem do próprio Marx:

“Um mestre-escola é um trabalhador produtivo quando trabalha não só para desenvolver a mente das crianças, mas também para enriquecer o dono da escola. Que este inverta numa fábrica de ensinar, em vez de numa de fazer salsicha, em nada modifica a situação.” (16)

Ocorre, entretanto, que o debate contemporâneo que consideramos fundamental para nossa análise das transformações do trabalho docente em instituições públicas frente à reconfiguração do Estado e aos processos de privatização e mercantilização das atividades de ensino, pesquisa e extensão refere-se à caracterização do trabalho no Estado como trabalho improdutivo.

O debate sobre o trabalho no Estado e sua caracterização como trabalho produtivo ou improdutivo é incipiente se analisarmos a produção dos autores marxistas. Destacamos os trabalhos de Mandel (1977) e Rubin (1980) que analisam o trabalho no Estado no período do capitalismo monopolista de Estado, sobretudo sua ampliação quantitativa e qualitativa.(17, 18)

Em sua maioria, os autores identificam o trabalhador do Estado como um trabalhador assalariado improdutivo.

Destacamos a caracterização de Rubin (1980) nos parece resumir os elementos apresentados pelos autores e nos permitem retomar mais a frente os elementos de diferenciação já apontados por alguns autores (Mancebo, 2011; Dal Rosso, 2011) no debate necessário sobre o trabalho no Estado frente aos processos de privatização e mercantilização em curso. (17, 19, 20)

Segundo Rubin,

“do ponto de vista da definição de Marx sobre trabalho produtivo, o trabalho do servidor público, da polícia, dos soldados e sacerdotes, não pode ser relacionado a trabalho produtivo. Não porque esse trabalho seja **inútil** ou porque não se materialize em **coisas**, mas apenas porque está organizado sobre princípios do direito público, e não sob a forma de empresas capitalistas privadas.” (17)

É em um breve texto de Beluche (2002) que encontramos algumas reflexões mais contemporâneas sobre o trabalho no Estado. O autor estuda o trabalho no serviço público a partir de algumas características dos trabalhadores públicos – não possuem os meios de produção nem o produto do seu trabalho, serem obrigados a vender a sua força de trabalho, não determinarem as condições e os ritmos de seu trabalho, não produzirem mais-valia.(21)

Dal Rosso (2011) destaca a intensificação do trabalho docente na contemporaneidade. A partir de um debate, com base em literatura internacional, sobre o fenômeno da intensificação do trabalho como um fato das sociedades capitalistas contemporâneas, o autor resgata a produção sobre a particularidade dos trabalhadores docentes, que considera esparsa e iniciante. Nos parece fundamental a reflexão do autor sobre a crise de 2007 e seu prolongamento que resultará em formas de ampliação da intensidade e da produtividade do trabalho por parte do capital. (20)

“Não se trata do fato de que o labor docente seja o primeiro a ser transformado. Em geral, são modificadas as atividades mais centrais para o sistema capitalista mundial. Mas o labor docente não fica alheio àquilo que sucede no mundo. Em algum momento é atingido pelas mudanças, a não ser que a resistência sindical e dos trabalhadores se mostre com grande eficácia.” (20)

Nosso pressuposto é de que as respostas do capital à crise neste momento têm que ser compreendidas a partir do papel central da refuncionalização do Estado, o que significa compreender que as transformações no trabalho no Estado, em particular nas áreas sociais que estão sendo objeto de intensa precarização, mercantilização e privatização, resultarão não só no processo de intensificação do labor, mas de sua reconfiguração.

Neste sentido, corroboramos com Mancebo (2011) que debate a assertiva de Dal Rosso, e da grande maioria dos autores marxistas, como vimos, de que o trabalho dos docentes nas instituições públicas não é produtivo.(19)

A autora vai ao encontro do que formulamos como pressuposto em nosso debate no presente artigo.

“Na análise do trabalho dos docentes das instituições públicas, deve-se considerar primeiramente a questão de uma parcela já bastante razoável de trabalhadores que produz pesquisa, às vezes sob encomenda, paga e da qual recebe alguma remuneração.” (19)

O impacto direto sobre os trabalhadores docentes do serviço público se dá na redução da força de trabalho e conseqüente intensificação do trabalho, na precarização do trabalho e em sua reestruturação, sobretudo a partir da ampliação da produção do conhecimento-mercadoria.

Como nas palavras de Marx

“O trabalho pode ser necessário sem ser produtivo. Todas as condições *gerais, coletivas*, da produção – enquanto sua produção ainda não pode se realizar pelo capital enquanto tal, sob suas condições – serão custeadas, por conseguinte, por uma parte da renda do país, pelo erário público, e os trabalhadores aparecem não como trabalhadores produtivos, muito embora aumentem a força produtiva do capital.” (16)

A produção do conhecimento-mercadoria, em nossa avaliação, se ampliará a partir dos determinantes mais recentes em nossa conjuntura e que foram aqui brevemente analisados, tornando-se tarefa fundamental investigar tal processo.

REFERÊNCIAS

- 1 -Carcanholo MD. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. *Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política*; 2011; 1(3).
- 2- Bresser Pereira LC. A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Brasília:Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado; 1997.
- 3 -Brasil. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. Plano Diretor do Aparelho da Reforma do Estado. Brasília: MARE; 1995.
- 4- Leher R. Um Novo Senhor da Educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo.1999: Outubro;1(3); 19-30.
- 5- Lima KRS. Organismos internacionais e política de educação superior na periferia do capitalismo. *Revista Universidade e Sociedade*, Brasília (DF), out.2003; 31:145-153.
- 6- Frizon Rizzotto ML. As propostas do Banco Mundial para as reformas do setor de Saúde no Brasil nos anos 1990. *Saúde em Debate* mayo-agosto; 2005, 29(70): pp. 140-147.
- 7- Siqueira AC. A Regulamentação do Enfoque Comercial no Setor Educacional via OMC/GATS. *Revista Brasileira de Educação* ago 2004:Rio de Janeiro; 26.
- 8- Frizon Rizzotto ML, Campos GWS. O Banco Mundial e o Sistema Único de Saúde brasileiro no início do século XXI. *Saúde Soc*: São Paulo; 2016; 25(2):263-276, 2016.

9 - Paula CM. Neoliberalismo e reestruturação da educação superior no Brasil: o REUNI como estratégia do governo Lula e da burguesia brasileira para subordinar a universidade federal à lógica do atual estágio de acumulação do capital. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Educação; 2009.

10 - Lima LC, Azevedo MLN, Catani, AM. O Processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. Avaliação, Campinas, 2008; 13(1):7-36.

11- Silva Júnior JR, Martins TB. Mediações e contradições na educação a distância: o trabalho do professor e do tutor. Educação e Fronteiras On-Line , jan./abr.2016, Dourados/MS, 6(16):37-47

12- Sguissardi W et. al. Internacionalização, gestão democrática e autonomia universitária em questão. Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; 2005.

13- Trein E, Rodrigues J. O mal-estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento mercador. Revista Brasileira de Educação 2011; 16(48): 769-819.

14 -Silva Junior JR, Catani AM. Financiamento da pesquisa no Brasil. sequestro do fundo público e da autonomia universitária. In: Catani, AM, Silva Junior, JR, Meneghel, SM (org.) A cultura da universidade pública brasileira. São Paulo: Xamã; 2011:95 a 109.

15- March C. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, Universidades Públicas e Autonomia: ampliação da subordinação à lógica do capital. Universidade e Sociedade. Ano 21. 2012; 49: 62-70.

16- Marx K. Grundrisse. São Paulo: Boitempo; 2011

17- Rubin II. A teoria marxista do valor. São Paulo: Brasiliense; 1980.

18 -Mandel E. Teoria Marxista do Estado Lisboa: Antódoto; 1977.

19- Mancebo D. Intensidade do trabalho docente: um debate necessário. In: Catani AM, Silva Junior JR, Meneghel, SM (org.) A cultura da universidade pública brasileira: mercantilização do conhecimento e certificação em massa. São Paulo: Xamã; 2011.

20- Dal Rosso S. Intensificação do labor docente. In: Catani AM, Silva Junior JR, Meneghel SM. (org.) A cultura da universidade pública brasileira: mercantilização do conhecimento e certificação em massa. São Paulo: Xamã; 2011.

21- Beluche, O. Los trabajadores del Estado y la teoría marxista de las clases sociales. *Marxismo Vivo* noviembre 2002; 6:113-122.

22- Silva Júnior JR, Kato, FBG. A política de internacionalização da educação no PLano Nacional de Pós-graduação (2011-2020). *Revista Internacional de Educação Superior* 2016, 2(1):138-151.